DOI: 10.00000/Territoriov1i1.xxxx

TERRITÓRIO E PLANEJAMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial da UEFS

e-ISSN 0101-0000

Volume 1 N. 1 - Nov. 2026

ARTIGO

Dinâmicas Territoriais, Produção de Commodities e Financeirização da Agricultura: Expansão do Cultivo de Soja em Regiões Paraenses no Contexto Recente

Dinâmicas Territoriais, Produção de Commodities e Financeirização da Agricultura: Soybean Expansion in Regions of Pará in the Recent Context

Fernando Michelotti
Doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA/PPGPAM), fmichelotti@unifesspa.edu.br

Sergio Pereira Leite
Doutor em Economia (Unicamp). Docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/CPDA), sergioleite@ufrrj.br

Resumo

O artigo analisa as transformações recentes da paisagem agrária brasileira a partir da expansão das fronteiras de *commodities*, destacando as articulações entre financeirização da agricultura, *land grabbing*, concentração fundiária, infraestrutura e o papel do Estado. Propõe-se compreender essas dinâmicas para além da perspectiva da modernização agrícola, sublinhando a constituição de circuitos espaciais e financeiros que conectam produção, circulação e valorização de terras e recursos naturais em múltiplas escalas. A expansão da soja no Pará evidencia a estreita relação entre disponibilidade de grandes imóveis, crédito rural, infraestrutura logística e especialização territorial, com destaque para os complexos produtivos de Paragominas e Santana do Araguaia. Em São Félix do Xingu, a incorporação da soja aos sistemas produtivos articula empresas, produtores externos e fazendeiros locais, estabelecendo sinergias com a pecuária e o milho e reforçando a concentração fundiária. Conclui-se que a expansão das *commodities* expressa uma reconfiguração territorial associada à financeirização e à intensificação das disputas pelo controle da terra e dos recursos, agora em escala nacional e internacional, demandando novas ferramentas de análise e uma compreensão mais abrangente desses processos, especialmente em função das suas dimensões ambientais, econômicas, políticas e sociais.

Palavras-chave: São Felix do Xingu; Fronteira de Commodities, Financeirização da Agricultura.

Abstract

This article analyzes recent transformations in the Brazilian agrarian landscape resulting from the expansion of commodity frontiers, highlighting the interconnections among the financialization of agriculture, land grabbing, land concentration, infrastructure, and the role of the state. It seeks to understand these dynamics beyond the perspective of agricultural modernization, emphasizing the formation of spatial and financial circuits that connect production, circulation, and the valorization of land and natural resources across multiple scales. The expansion of soybean production in Pará reveals a close relationship among the availability of large landholdings, rural credit, logistics infrastructure, and territorial specialization, with particular emphasis on the production clusters of Paragominas and Santana do Araguaia. In São Félix do Xingu, the incorporation of soybean production into existing production systems brings together agribusiness firms, outside producers, and local farmers, establishing synergies with cattle ranching and maize production while reinforcing land concentration. The article concludes that commodity expansion entails a territorial reconfiguration associated with financialization and intensifying struggles over control of land and natural resources, now unfolding at both national and international scales. These processes call for new analytical tools and a broader understanding of their environmental, economic, political, and social dimensions.

Keywords: São Félix do Xingu; Commodity Frontiers; Financialization of Agriculture

Introdução

A literatura recente sobre as transformações na agricultura, em particular no meio rural brasileiro, vêm chamando a atenção para o fato de que é preciso incorporar novas dimensões analíticas para além daquelas comumente empregadas no antigo processo de "modernização agrícola", fortemente baseadas nas inovações tecnológicas, mas que deixavam escapar tanto questões de caráter social e ambiental, como mostrou muito bem o conjunto de trabalhos que fizeram a crítica da modernização agropecuária, mas também movimentos mais recentes informados pela crescente financeirização da agricultura (Santos et al., 2022) e pela estrangeirização das terras (Kato, Siviero e Leite, 2024), além de novos arranjos em termos de infraestrutura logística.

Essa agenda de pesquisa destaca ainda o papel do Estado no desenho de políticas que não mais se limitam ao crédito rural convencional de outros tempos (Leite, 2024) e que conectam de forma mais estreita a performance local/regional das atividades produtivas agropecuárias aos interesses de investidores financeiros nacionais e internacionais, reposicionando esses espaços agrários numa perspectiva distinta, ainda que mantenha característica antigas do, digamos assim, modelo anterior, como a forte concentração fundiária que, no passado, ajudou a qualificar a modernização agrícola como "conservadora".

Esse rol de questões e situações, ao nosso ver, iluminam a compreensão de estratégias particulares e seus rebatimentos locais, como é o caso da expansão da produção de soja em regiões específicas da Amazônia brasileira, sobretudo aquelas situadas no estado do Pará, constituindo novas "fronteiras de commodities" em expansão nessa quadra histórica do século XXI.

Nesse sentido, o artigo objetiva compreender melhor como tais processos se deram em situações históricas e geográficas muito particulares, à luz desse quadro analítico, redimensionando espacialidades à luz de políticas públicas, investimento em infraestrutura e interesses de financeiros.

Além dessa Introdução, o artigo está dividido em quatro partes seguidas de uma conclusão. Na primeira delas tratamos de analisar os processos de financeirização da agricultura, estrangeirização da terra e o sentido das novas fronteiras de "commodities" no contexto historicamente recente, em particular tendo como referência o caso brasileiro. Na sequência abordamos a expansão do cultivo de soja na Amazônia brasileira, suas particularidades e a relação com políticas públicas, especialmente o crédito rural, e reconfigurações observadas nessas áreas, em particular no estado do Pará. A seção seguinte trata de investigar os novos sentidos dessas dinâmicas, em particular no que se refere ao modelo de expansão dessas atividades produtivas, aos circuitos e fluxos que caracterizam esses processos de circulação, bem como a infraestrutura logística que passa a contar decisivamente nessas estratégias. Finalmente, aportamos no caso específico do município de São Felix do Xingu, identificando os móveis desse processo, em especial aos atores envolvidos, estratégias adotadas e a o movimento de concentração fundiária e especialização produtiva que passa a configurar esse novo quadro regional.

Novas dimensões da questão agrária: financeirização da agricultura*, land grabbing* e as fronteiras de *commodities*

O crescimento e a importância econômica das exportações de *commodities* agrícolas e minerais no Brasil a partir da virada do século XXI, levantou um amplo debate sobre a reprimarização das exportações e sobre a configuração de um novo estilo de desenvolvimento que alguns autores denominaram como neoextrativista. Para Svampa (2019), o neoextrativismo do século XXI implica em muitas continuidades de um processo histórico-estrutural latino-americano relacionado à expansão das fronteiras coloniais, ao genocídio e à degradação dos territórios transformados em zonas de sacrifício pela imposição de uma lógica do capital que inaugurou uma forma de apropriação da natureza em grande escala, uma acumulação baseada na exportação de matérias-primas e captura de rendas extraordinárias e uma inserção subordinada na economia mundial. Apesar dessas continuidades, o neoextrativismo se diferencia, entre outros elementos, pelo contexto em que ocorre marcado tanto pela demanda crescente de matérias-primas e energia, o que conferiu a esses processos papel chave na acumulação de capital e nas disputas geopolíticas, quanto pela emergência de uma questão ambiental que provocou um reposicionamento dos agentes nos conflitos territoriais decorrentes dessa expansão das *commodities*.

Essa concepção ampliada de neoextrativismo inclui a produção de *commodities* agropecuárias que, no Brasil, estão associadas a interpretação desse processo como um pacto em torno de uma economia política do agronegócio, entendido enquanto uma "organização dos interesses hegemônicos de classes sociais no interior do aparelho do Estado" em que os complexos agroindustriais, os grandes proprietários fundiários e o Estado se associam "para captura do excedente econômico e particularmente da renda fundiária agrícola e mineral" (Delgado, 2012, p.91-93). A origem desse processo esteve ligada aos constrangimentos externos decorrentes do crescimento dos pagamentos de rendas ao capital estrangeiro, no final dos anos 1990, como resultado do que Paulani (2008) identificou enquanto a transformação do Brasil em uma plataforma

de valorização financeira. Esses déficits impactaram a questão agrária, uma vez que levaram a que os governos da época improvisassem saídas conjunturais para equilibrar a balança de pagamentos através do estímulo à exportação de *commodities* que, com o tempo, estruturaram novos arranjos que se mostraram duradouros (Delgado, 2012).

Dada a amplitude de transformações desencadeadas na questão agrária brasileira a partir desses processos, envolvendo dimensões não só econômicas e produtivas, mas sobretudo referentes às relações políticas, sociais, espaciais e culturais, pesquisas prévias ligadas ao Grupo de Estudos em Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (GEMAP), complexificando essa noção neoextrativismo numa chave de leitura menos "determinística", reconheceram que o processo em curso não é mera continuidade ou aprofundamento do modelo observado em décadas anteriores, portanto, não podendo ser bem compreendido à luz dos mesmos conceitos e noções. Nessa perspectiva, Leite (2019) identificou dois eixos centrais de trabalho para uma 'sociologia das transformações agrárias do período recente': i) o processo de financeirização da agricultura e a estrangeirização da terra; ii) o papel do *Estado* na questão agrária e as fronteiras do agronegócio.

A reflexão a partir da financeirização da agricultura e a estrangeirização da terra desdobra-se da análise de que as transformações sociais da agricultura no período recente não se explicam mais, como em outros períodos, pela sua vinculação a um determinado projeto nacional e regional de desenvolvimento, mas sim pela sua internacionalização conectada a um cenário marcado tanto por um regime de acumulação com dominância financeira, quanto por uma corrida por terras e recursos naturais, conhecida como *land grabbing*, ou açambarcamento de terras em português. Kato e Leite (2020), dialogando com os trabalhos de Borras et al. (2012) e Sauer e Borras (2016), definem que o *land grabbing* implica em apropriação, em larga escala de área ou de capitais envolvidos, de terra e de recursos naturais a ela associados, seja por transferência dos direitos de propriedade, seja pelo seu controle indireto. O foco sobre o controle e não apenas sobre a propriedade permite, para os autores, compreender melhor as cadeias de negócios, incluindo o papel dos agentes financeiros e corporativos que em muitos casos passam a exercê-lo sem, necessariamente, envolver uma transferência de títulos de propriedade.

Ainda segundo Kato e Leite (2020), pelo fato de a terra ser, ao mesmo tempo, um meio de produção e uma reserva de valor, os negócios com terras são impulsionados tanto por aspectos ligados à sua qualidade e à sua relação com a infraestrutura logística, como também por seu potencial de valorização nos mercados fundiários. Flexor e Leite (2017) demonstraram que, no período chamado de *boom* das *commodities,* houve uma correlação negativa entre preço da terra e inflação, ao passo em que uma correlação fortemente positiva com os preços das *commodities* e também com os índices do mercado financeiro foi detectada, o que reforça a tese de que os investimentos nas cadeias de produção de *commodities*, incluindo negócios com terra, estiveram mais relacionados com interesses produtivos e especulativos, reforçando a ideia de que no setor agropecuário essas duas dimensões se associam de maneira particular.

Em estudo mais recente, Leite (2024) indica que o preço das terras em regiões mais valorizadas do Matopiba[1] continuou crescendo, tanto no período de baixa dos preços das *commodities* a partir de 2012/2014, quanto nos períodos seguintes de estabilização e, em seguida, de retomada do crescimento os preços internacionais a partir de 2020. Esses dados reforçam a interpretação de que as terras ganharam importância no rol dos ativos financeiros, impulsionando sua valorização inclusive nas novas áreas de expansão da produção de *commodities*.

Essa dinâmica gerou uma situação favorável para as grandes corporações do agronegócio, tanto internacionais, como algumas nacionais, ampliando sua ação em compasso com o deslocamento da produção para as novas áreas de expansão dessas culturas, assim como abrindo novas frentes de atuação (biocombustíveis por exemplo). Reforçou-se, assim, o papel central das *tradings* na promoção dos negócios com terras e na formação de cadeias cada vez mais oligopolizadas e financeirizadas, corroborando para a multiplicação de novos mercados e ativos financeiros relacionados com agricultura, terra e recursos naturais, o que abriu espaço para a atuação de novos agentes (diferentes tipos de investidores e de firmas gerenciadoras de ativos), ampliando a integração entre capital financeiro e controle da terra (Kato e Leite, 2020).

Nesse cenário, o Brasil mostrou condições atrativas para os negócios com terras em função das dimensões de suas áreas agricultáveis, dos investimentos em infraestrutura, da competitividade na produção de *commodities* e do quadro legal em constante adequação para a criação de segurança jurídica a esses interesses, o que tornou o país como um dos principais destinos desses investimentos na América Latina (Kato e Leite, 2020), que impulsionaram tanto o crescimento da estrangeirização das suas terras, quanto a expansão territorial da produção de *commodities*, alargando as fronteiras agropecuárias e minerais e ampliando os conflitos agrários.

Em artigo mais recente, Kato, Vicente e Leite (2024), analisaram os investimentos realizados por capitais estrangeiros que passaram a se apropriar ou controlar terras e seus recursos, de forma direta ou indireta, conferindo uma característica de "estrangeirização de

terras" como parte de um quadro mais amplo do crescimento do número de diferentes atores investindo nas cadeias agropecuárias e nos mercados de terras. Considerando a inexistência de uma base de dados unificada e confiável sobre imóveis rurais no Brasil e, consequentemente, as dificuldades metodológicas de se contabilizar esse processo de transferências de terras, o artigo analisa as informações a partir de uma base de dados construída em pesquisas do grupo (Leite, 2022) e da tese de doutorado de Gomes (2020), que demonstrou a inconsistência e subestimação das bases oficiais e, portanto, a dificuldade de se monitorar o fenômeno.

Nessa pesquisa foram identificados 224 casos de empresas, companhias de capital aberto ou fundos de investimento com participação de capital estrangeiro que exerceram controle sobre um total de 9,1 milhões de hectares no período de 2017 a 2020, embora em alguns desses casos o investimento estrangeiro já tenha sido iniciado em períodos anteriores. Os casos indicam uma diversidade de atividades produtivas envolvidas, entre agropecuária, silvicultura, mineração, geração de energia e turismo, sendo a atividade agropecuária o maior número de casos e o setor florestal o que implica em maiores áreas. Análises detalhadas de alguns casos realizadas por Gomes (2020), reforça que os ganhos com esses investimentos em propriedades fundiárias impulsionam a exploração agropecuária das terras como garantia tanto de extração de renda, presente e futura, quanto de valorização do imóvel.

Kato, Vicente e Leite (2024) buscaram identificar situações de controle indireto das terras e dos recursos naturais, exercido por *tradings*, agroindústrias e fornecedoras de insumos que não são as proprietárias das terras. Além disso, identificaram casos de estrangeirização pela constituição de empresas subsidiárias nacionais ou *joint ventures*, visando contornar os limites legais para a compra direta por capitais estrangeiros. Por fim, chamaram a atenção de que as finanças, presentes em 15 casos, controlavam 22,5% do total de hectares mapeados, o que reforça a tese de que a financeirização é um aspecto fundamental da estrangeirização de terras.

Partindo de uma definição geral proposta por Van der Zwan (2014) de que financeirização está relacionada a processos econômicos, políticos, sociais, tecnológicos e culturais inter-relacionados que ampliam a influência das finanças sobre distintos domínios da vida social, Santos et. al. (2022) buscam refletir sobre como isso alcança a agricultura, impactando de forma direta ou indireta a vida no campo e na cidade e as relações com os territórios. No Brasil, a financeirização da agricultura começou a ganhar expressão com um deslocamento relativo do financiamento do Estado para um sistema baseado no crédito agrícola ofertado por atores privados captado por instituições financeiras especializadas. No entanto, esse processo não pode ser entendido apenas como uma mudança nas fontes de origem de recursos, pois representa sobretudo mudanças qualitativas na lógica do investimento, a partir de uma expectativa de ganhos especulativos para as aplicações, diferenciando-se do crédito rural tradicional.

Essas instituições financeiras especializadas, também conhecidas como 'investidores institucionais', captam recursos de investidores dispersos através de diferentes tipos de fundos, por exemplo de investimentos, de pensão, mútuos, de hedge, de *private equity*, e passam a administrá-los a partir de seus conhecimentos estratégicos nos mercados de ações e de capitais. A agricultura tornou-se atrativa para esses fundos tanto pelo crescimento do preço das *commodities*, quanto pela insegurança decorrente da convergência das crises financeira, alimentar, energética e ambiental de 2007/08 (Flexor e Leite, 2017; Santos et. al., 2022). Em todo o mundo, os fundos de investimento especializados em terras, agricultura e recursos naturais saltaram de 45, em 2005, para quase 1.000, em 2026, segundo dados do Valor Advisors, registrando um aumento exponencial.

Nesse contexto vem crescendo o controle das finanças sobre a produção agrícola e as terras, a partir de diferentes estratégias, instrumentos e discursos legitimadores. Santos et. al., (2022) identificam três tipos de agentes com suas estratégias específicas: as *tradings*, as empresas do agro, os fundos de investimentos e fundos de pensão. Em seguida, tem-se uma caracterização sintética de cada agente e suas respectivas estratégias, a partir dos autores citados.

As *tradings* são grandes corporações que atuam na comercialização de *commodities* agrícolas e de seus insumos e que exercem controle sobre a produção através de sistemas de crédito e de compra antecipada (*barter*), mas que também têm avançado sobre o mercado de terras e de infraestruturas, a partir da criação de subsidiárias com fundos próprios. A partir dessas estratégias atuam tanto nas tradicionais regiões produtoras, quanto no direcionamento das novas áreas em expansão. A capacidade das grandes corporações globais, como o grupo ABCD (ADM, Bunge, Cargill e L. Dreyfus) e a chinesa COFCO, de influenciarem o funcionamento das cadeias em seu conjunto confere-lhes não apenas possibilidades de ganhos produtivos, como também especulativos no mercado de *commodities*.

As empresas do agro têm sua origem ligada a produção agrícola, incorporaram as atividades de compra, venda e arrendamento de terras como parte significativa de sua capitalização. Dessa forma, a produção própria ou pela via do arrendamento têm a função de valorização da terra enquanto um ativo, ocorrendo muitas vezes em novas áreas de expansão, cujo principal objetivo passa a ser não a produção de uma *commodity* agrícola, mas a própria produção da propriedade fundiária. Uma estratégia associada a esse grupo é a

"securitização das suas transações no mercado de terras, através de títulos negociados nas bolsas de valores, transformando a terra e suas características notoriamente fixas em papéis" (idem, p. 26). O aprofundamento dessas estratégias tende a levar a uma separação entre as carteiras de terras e das atividades produtivas, em novas empresas isoladas ou em *joint ventures*, consolidando um negócio separado de gestão de ativos com fins sobretudo especulativos.

Por fim, ao contrário dos dois casos anteriores que têm suas origens ligadas ao setor rural, os fundos de investimento e fundos de pensão têm origem no setor financeiro, captando recursos de diferentes agentes e fontes e direcionando-os para a compra de terras que são transformadas "em uma carteira global de ativos altamente especulativa e descolada dos territórios e economias locais" (idem, p. 29). A produção de *commodities* atua como parte de uma estratégia mais geral de valorização das terras. Esses fundos podem atuar em *joint ventures* com empresas nacionais e grandes proprietários de terras nas novas fronteiras agrícolas, inclusive com aqueles cujas terras não possuem origem legalmente comprovada e que envolveram casos de violações de direitos, funcionando como uma "terceirização da grilagem de terras". Além dessas associações com empresas nacionais, utilizam outras estratégias para burlar as restrições a aquisição de terras por estrangeiros, incluindo abertura de subsidiárias 'nacionais', transformação de dívidas em debêntures de terras ou em securitização de dívidas ou de financiamentos do agronegócio.

Se esse panorama geral sobre os processos interconectados de *land grabbing*, estrangeirização e financeirização indicam uma chave de leitura relevante para uma 'sociologia das transformações agrárias do período recente' no Brasil, outra chave, conforme apontado por Leite (2019), refere-se ao Estado. Ao enfatizar essa perspectiva de análise, o autor busca relativizar o discurso muito presente entre os representantes do chamado agronegócio que tendem a associar sua expansão nas últimas décadas exclusivamente a uma iniciativa privada. Ignora-se, assim, o quanto as distintas formas assumidas pela intervenção governamental a exemplo dos planos e políticas de desenvolvimento regional, dos investimentos em projetos de colonização e de infraestruturas, da estruturação de instituições e programas de ciência e tecnologia regionalizados e da disponibilização de créditos e subsídios foram determinantes para a expansão da produção de *commodities* em muitas das áreas de destaque atualmente.

Para além das intervenções direcionadas às frentes de expansão agropecuária, o Estado também tem uma atuação central na formação de amplos arcabouços institucionais que viabilizam os processos em curso. Delgado (2012), por exemplo, indica que o próprio lançamento da estratégia do agronegócio durante o segundo governo FHC baseou-se em iniciativas governamentais como: investimento em infraestrutura para incorporação de novos territórios segundo uma política de 'eixos de desenvolvimento'; redirecionamento da pesquisa agropecuária para operar em sincronia com as multinacionais do agronegócio; regulação frouxa do mercado de terras; mudança na política cambial para tornar o agronegócio competitivo internacionalmente; reativação do crédito rural nos 'planos safra'. Essas iniciativas persistiram nos governos posteriores, sendo determinantes para o crescimento da produção de *commodities*.

No caso específico da financeirização da agricultura brasileira, Leite (2024) repertoriou as transformações mais impactantes para a criação de um novo arcabouço institucional financeirizado. Iniciativas criadas nos anos 1990, como a CPR - Cédula do Produto Rural e a CM-G – Certificado de Mercadoria com Emissão Garantida, foram marcos iniciais no levantamento de recursos privados para o financiamento agrícola a partir de promessa de entrega da mercadoria. No entanto, foi a partir do ano 2000, com a CPR Financeira, que houve um deslocamento da produção de mercadoria e sua contraface financeira, com a autorização da liquidação do título sem a entrega física do produto (Leite, 2024, p. 1132).

Se nesse primeiro momento, essas mudanças institucionais guiavam-se pela necessidade de se buscar novas fontes de financiamento para a agricultura, na década seguinte elas foram levando a uma dissociação cada vez maior entre os investimentos e a produção propriamente dita, impulsionando a criação de novos títulos, mercados especializados e atores envolvidos[2]. As quatro crises da década de 2000, anteriormente informadas, estimularam investimentos na agricultura e, sobretudo, na terra, influenciando o desempenho dos títulos do agronegócio no Brasil, especialmente as LCAs e os CRAs (Leite, 2024). Posteriormente, a partir de 2020, esse arcabouço ganhou novo impulso com as Leis do Agro (13.986/2020 e 14.421/2022) e a Lei do Fiagro (14.130/2021) que permitem que, no agrário, ocorra a aplicação de instrumentos já experimentados no mercado imobiliário urbano para impulsionarem "os investimentos especulativos lastreados no patrimônio e na produção agropecuária" (Leite, 2024, p. 1140).

Essas transformações no arcabouço institucional que viabilizam a financeirização da agricultura no Brasil, como afirma Leite (2024), abrem uma nova agenda de pesquisa que permite compreender seus efeitos na dinâmica de financiamento da produção, seu impulso à corrida por terras, inclusive em novas fronteiras agropecuárias, além dos impactos sociais e ambientais e do agravamento dos conflitos territoriais que marcam historicamente o agrário brasileiro (Michelotti e Siqueira, 2019; Kato e Leite, 2020).

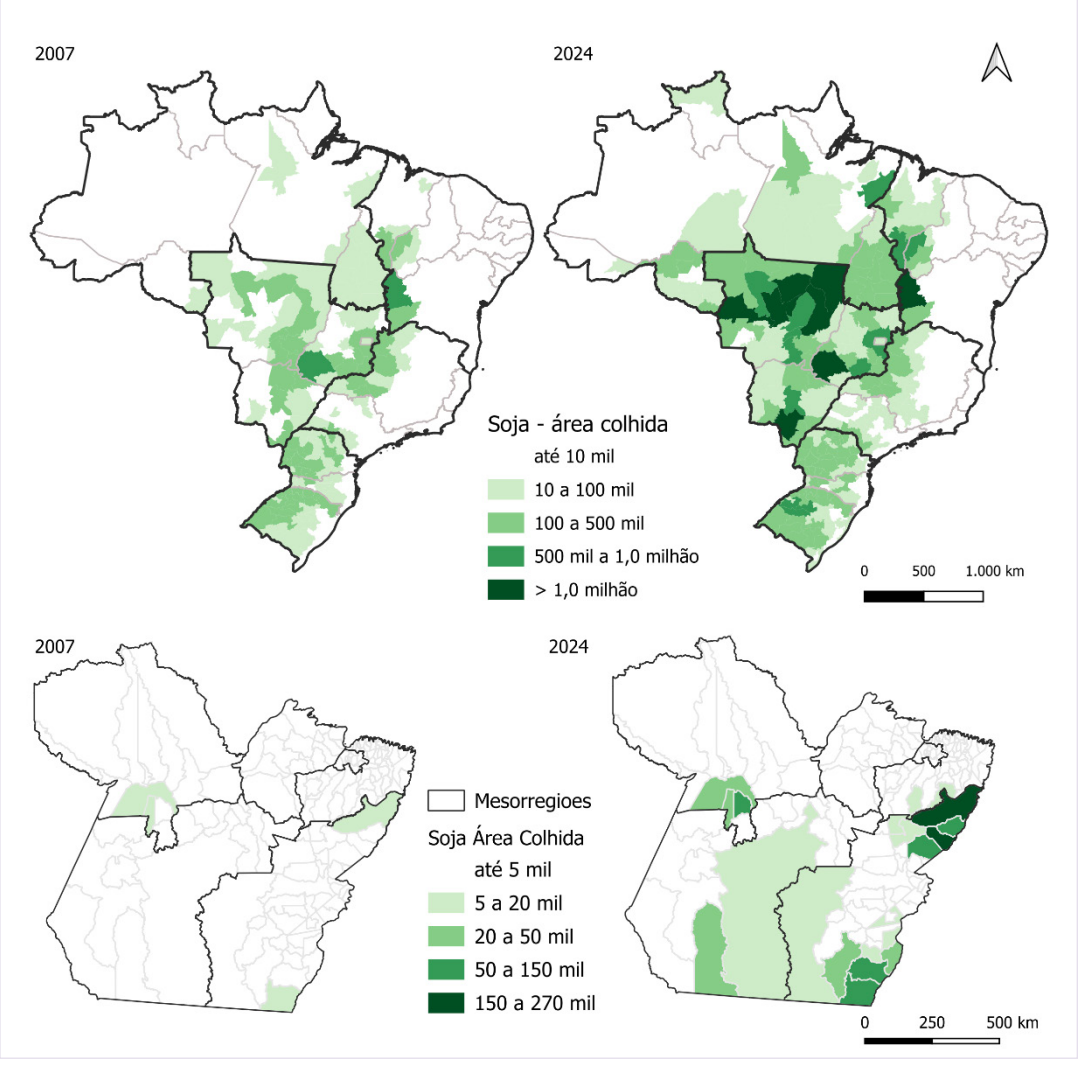
O agronegócio da soja e a expansão das *commodities* na Amazônia brasileira

Todo o processo descrito no item anterior pode ser bem ilustrado através da lavoura da soja que, desde o início do século XXI se tornou uma das principais *commodities* de exportação brasileira. Segundo os dados da Produção Agrícola Municipal – PAM, a área colhida passou de 8,8 milhões de hectares em 1980 para 10,3 milhões de hectares em 1995 (+ 17,4%), alcançando 20,6 milhões de hectares em 2007 (+ 99,7%) e 45,9 milhões de hectares em 2024 (+ 123,2%) (IBGE, 2026a). Nesse mesmo ano de 2024, a produção de soja foi de 144,5 milhões de toneladas, sendo 98,8 milhões de toneladas exportadas correspondendo a 12,7% do valor total das exportações brasileiras e 59,3% do total das exportações de produtos agropecuários (Brasil, 2026).

Essa expansão em área, para além dos aspectos quantitativos expressivos, trouxe deslocamentos regionais importantes (ver Figura 1). Se em 1980, a região Sul do país representava 78,9% da área colhida no Brasil, no ano de 2002 sua participação relativa havia sido reduzida para 41,8% enquanto a região Centro-Oeste havia sido responsável por 42,5% da área colhida total, tornando-se a principal produtora de soja do país. Em 2024, a região Centro Oeste foi responsável por 46,7% da área colhida e a região Sul por 28,5%, ambas se mantendo como as duas principais grandes regiões produtoras, porém com manchas significativas em sub-regiões específicas no Sudeste, Norte e Nordeste, como é o caso do Matopiba.

Sobre a região Norte, a comparação entre os mapas de 2007 e 2024 ilustra a expansão das áreas colhidas com soja em Rondônia e sul do Amazonas, bem como no Pará, além do próprio Tocantins que já apresentava uma área expressiva (incluída no Matopiba). Neste artigo, pretendemos dar destaque para a expansão da soja no estado do Pará onde, neste mesmo período ocorreu a consolidação dos três principais polos produtores (Paragominas, Santarém e Santana do Araguaia), bem como seu espraiamento no entorno, conformando complexos territoriais de produção de soja no estado[3].

Figura 1: Soja: Área Colhida por Microrregiões do Brasil e Municípios do Pará, 2007 e 2024 (em hectares).

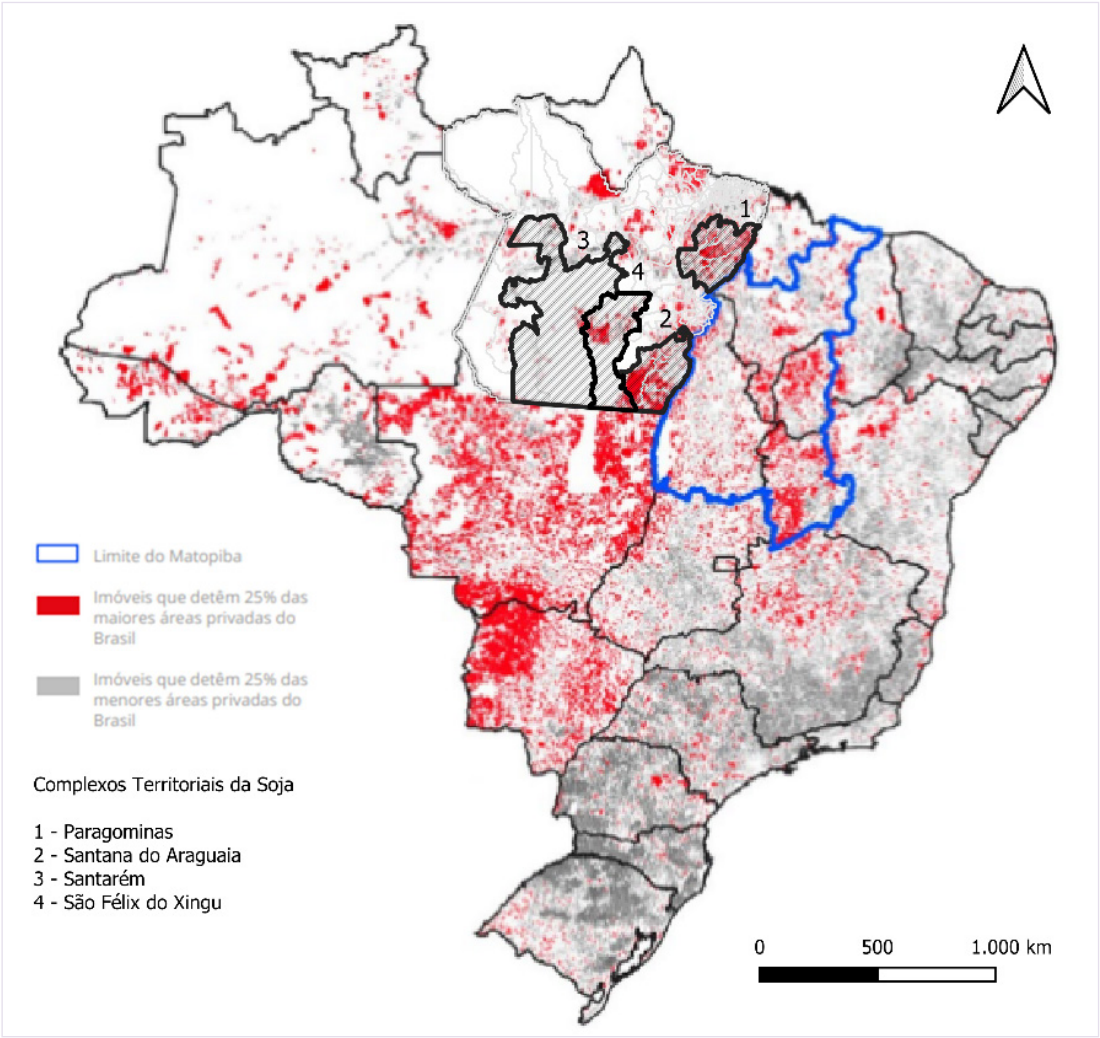


Fonte: IBGE (2026a). Elaboração dos autores.

O mapa da Figura 2 foi elaborado por Guedes Pinto et al. (2020) com o objetivo de identificar a desigualdade na distribuição de terras no Brasil a partir dos imóveis rurais cadastrados em bases públicas como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF). Ao contrário das análises mais comuns sobre desigualdade que são baseadas nos dados sobre estabelecimentos apresentados nos censos agropecuários, a produção desse dado a partir da base de imóveis rurais permitiu plotar sua localização geográfica, bem como comparar a diferença dos dados considerando ou não assentamentos de reforma agrária e somando imóveis diferentes do mesmo proprietário, sendo essa análise feita apenas para o caso do Pará que disponibiliza esse tipo de informação. Com isso, o trabalho reafirmou o elevado índice de Gini total no Brasil, mostrando que quando se excluem os assentamentos de reforma agrária ou se incluem a soma dos diferentes imóveis de um mesmo proprietário, esse índice aumenta ainda mais.

No caso do mapa em que são destacados os imóveis rurais que detém as 25% maiores áreas do Brasil, os autores chamam a atenção para sua concentração espacial principalmente nos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e na região do Matopiba. Neste trabalho, aproveitamos a figura para indicar outras manchas de concentração desses imóveis com maiores áreas localizadas no sudeste do estado do Pará, sendo duas delas correspondentes aos complexos territoriais de produção de soja polarizados por Paragominas e Santana do Araguaia. Destaca-se, ainda, o município de São Félix do Xingu, para onde tem ocorrido uma expansão inicial do cultivo de soja, também com uma mancha de grandes imóveis.

Figura 2: Distribuição geográfica dos maiores e menores imóveis que ocupam 25% da área dos imóveis do Brasil, com destaque para MATOPIBA e Complexos de Produção de Soja do Pará – Brasil, 2020.

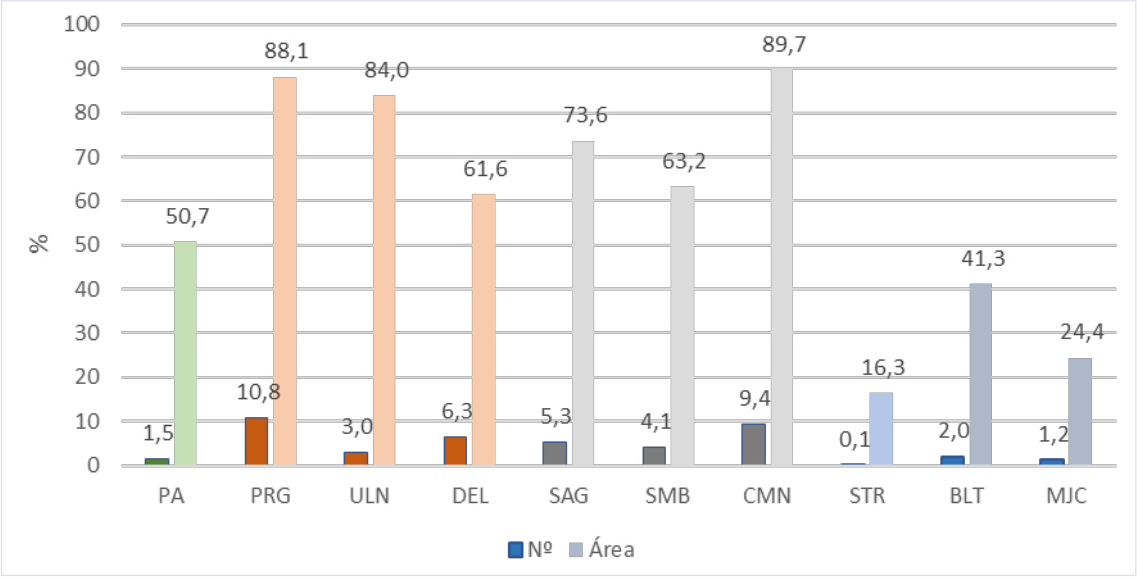


Fonte: Guedes Pinto, L. F. et al. (2020, p. 11). Complementado com complexos soja pelos autores.

Obs: Os complexos territoriais de produção de soja são compostos pelos seguintes municípios paraenses: (1) Paragominas, Dom Eliseu, Ulianópolis, Rondon do Pará, Goianésia do Pará, Tailândia, Ipixuna do Pará, Breu Branco, Tomé-Açu e Abel Figueiredo; (2) Santana do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Cumaru do Norte, Conceição do Araguaia, Redenção, Floresta do Araguaia, Xinguara, Pau D'Arco, Rio Maria e Bannach; (3) Santarém, Mojuí dos Campos, Belterra, Trairão, Novo Progresso, Placas, Altamira e Vitória do Xingu. Inclui-se, de forma ainda não plenamente articulada a um único complexo, o município de (4) São Félix do Xingu.

Essa correspondência entre manchas de imóveis com grandes áreas e crescimento do cultivo da soja no sudeste paraense é reforçada pelo Gráfico 1 que indica a desigualdade da distribuição fundiária nos principais municípios produtores de soja no estado. Enquanto no conjunto do Pará os estabelecimentos maiores que mil hectares correspondem a 1,5% do total e ocupam 50,7% da área, o que já indica concentração fundiária, nos demais municípios que compõem os complexos territoriais em torno de Paragominas e de Santana do Araguaia esses grandes estabelecimentos variam em torno de 3,0% e 10,8% em quantidade e entre 61,6% e 89,7% da área total. Essa situação apresenta-se diferente no complexo territorial da soja em torno de Santarém, com uma concentração fundiária menor que a média estadual.

Gráfico 1: Percentual do número e área dos estabelecimentos agropecuário acima de mil hectares e em munícipios com presença expressiva do cultivo de soja - Pará, 2024.



Fonte: IBGE (2026b). Elaboração de Fernando Michelotti.

Obs. PA: estado do Pará; PRG: Paragominas; ULN: Ulianópolis; DEL: Dom Eliseu; SAG: Santana do Araguaia; SMB: Santa Maria das Barreiras; CMN: Cumaru do Norte; STR: Santarém; BLT: Belterra; MJC: Mojuí dos Campos.

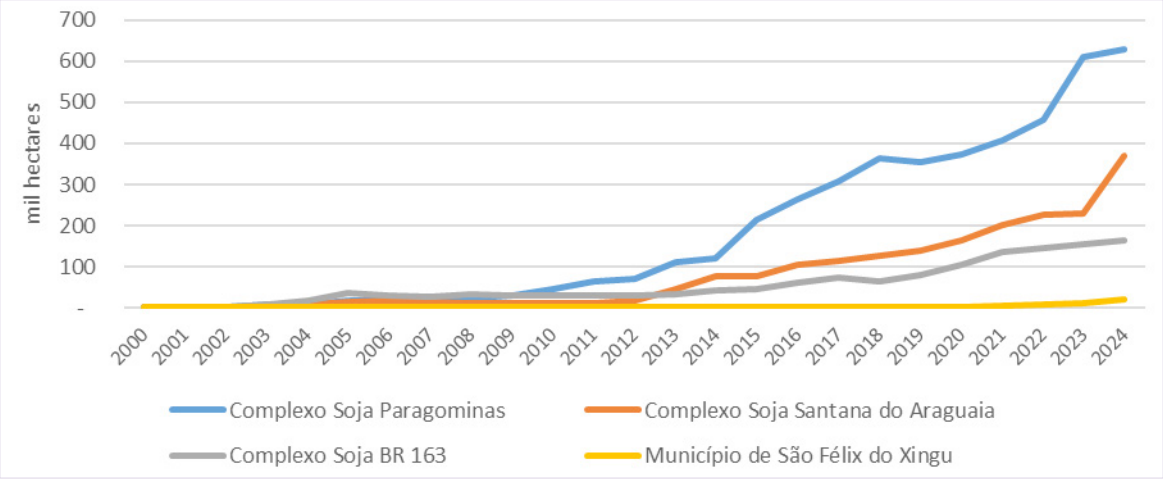
O peso dos estabelecimentos agropecuários acima de mil hectares nesses complexos territoriais da produção de soja é relevante pois, para o conjunto do estado, segundo dados do último Censo Agropecuário, essa classe de tamanho dos estabelecimentos foi responsável por 76,1% da área colhida com soja no estado em 2017, sendo que 30,0% da área colhida ocorreu em estabelecimentos acima de 10 mil hectares. A área média colhida em todo o estado foi de 593,6 ha/est., porém naqueles maiores que mil hectares, a área foi de 1.282,2 ha/est. e naqueles acima de 10 mil hectares foi de 5.423,8 ha/est.

Considerando-se, a partir dos dados acima, que os estabelecimentos com mil hectares ou mais são centrais para a produção de soja no estado do Pará e para a definição dos sistemas de produção estaduais, seu peso relativo na concentração fundiária dos complexos territoriais de Paragominas e de Santana do Araguaia amplifica a hipótese de que a expansão da soja na região tem apresentado uma afinidade com a concentração fundiária. A disponibilidade diferencial de imóveis de grandes dimensões, desde essa perspectiva, pode ser uma das explicações para o maior crescimento da cultura apresentado nos complexos territoriais do sudeste paraense do que no de Santarém/BR 163, conforme se observa no Gráfico 2.

Se a possibilidade de incorporação de terras é uma das determinações chaves para explicar a expansão do cultivo de soja no estado do Pará, outra de grande relevância é o financiamento rural. Como visto na parte inicial deste trabalho, o financiamento tradicional, via Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) tem sido cada vez mais complementado por outros instrumentos financeiros, compondo uma financeirização da agricultura que extrapola o próprio financiamento da atividade produtiva em si, inserindo-a em circuitos mais amplos de valorização financeira. Apesar disso, o crédito rural continua sendo relevante para explicar a expansão produtiva, assim como para a própria financeirização do agronegócio.

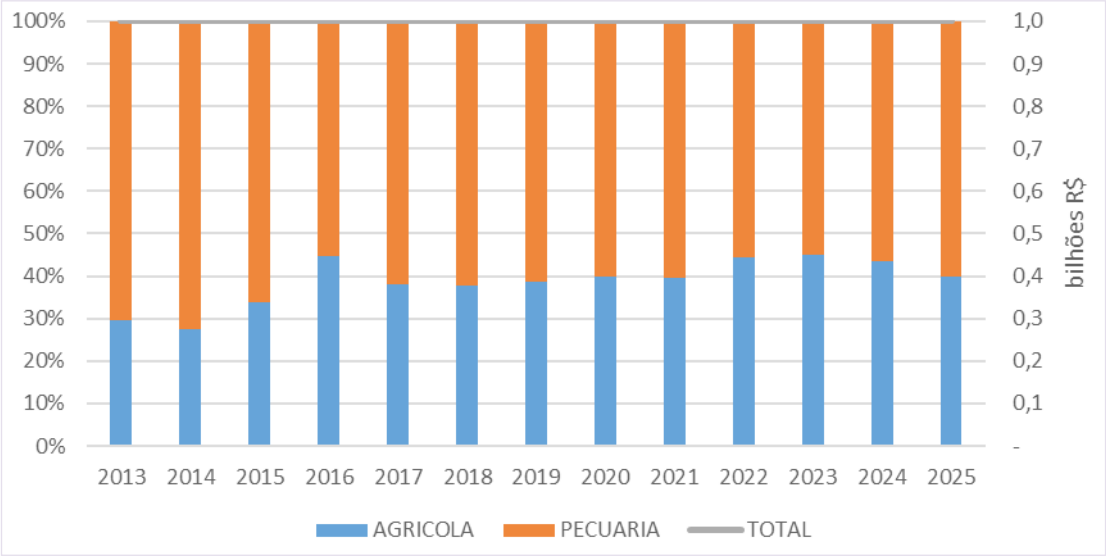
Os dados apresentados no Gráfico 3 indicam um crescimento total do crédito rural liberado no estado do Pará no período entre 2013 e 2023, que partiu de um patamar próximo a 1 bilhão de reais entre 2013 e 2015 para situar-se em torno de 5,4 bilhões de reais entre 2023 e 2025. Em que pese a importância da atividade

Gráfico 2: Soja - área colhida nos complexos territoriais de produção - Pará, 2000 a 2024.



Fonte: IBGE (2026a). Elaboração de Fernando Michelotti.

Gráfico 3: Composição relativa do custeio para pecuária e agricultura e valores absolutos (em R$ bilhões constantes de 2025) - Pará, 2013 a 2025.



Fonte: BACEN (2026a). Elaboração de Fernando Michelotti.

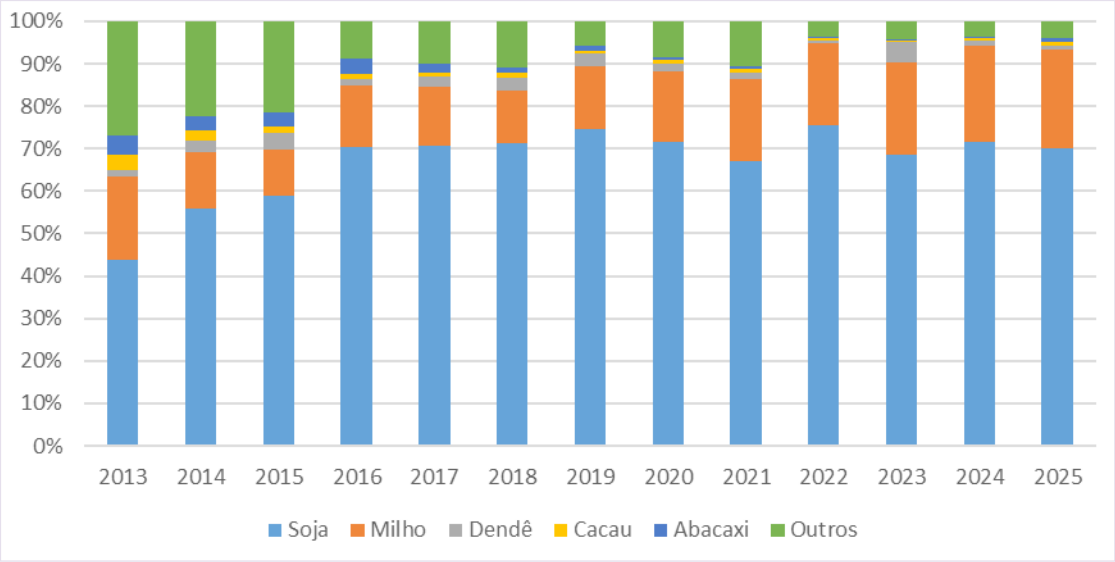
pecuária no estado, o custeio agrícola passou de 30% do valor total em 2013 para 40% em 2025, indicando um aumento nesse período, podendo ser considerado como um dos fatores impulsionadores do crescimento da área colhida com soja no estado, que passou de 20,7 mil hectares em 2013 para 262,4 mil hectares em 2024 (crescimento de 1.168%).

O Gráfico 4 indica a importância da soja dentre os custeios agrícolas paraense no período 2013 a 2025, cuja participação relativa cresceu a partir de 2013, alcançando o patamar de 70% do total a partir de 2016. Se for acrescentado o custeio ao cultivo do milho que, em grande medida, vem sendo cultivado na "safrinha" complementar à soja, o crédito para esses grãos vem se mantendo acima dos 90% do custeio agrícola no estado nos últimos anos.

Dinâmicas territoriais em curso: expansão – circulação/fluxo – infraestrutura

O cenário da produção da soja no estado do Pará demonstrado até aqui, marcado por aumento das áreas colhidas especialmente em regiões com existência prévia de grandes imóveis rurais já convertidos em pastagens e de um sistema de crédito rural direcionado aos grãos, é importante para se compreender como esse agronegócio em expansão vai constituindo um sistema de produção de larga escala que reforça uma estrutura fundiária desigual e concentrada. Entretanto, tomando as áreas cultivadas com soja como a variável principal de expressão desse processo de expansão da produção de *commodities*, tem-se um quadro territorial limitado, uma vez que pouco informa sobre as conexões entre

Gráfico 4: Distribuição relativa dos valores de custeio agrícola liberados para os principais cultivos no estado do Pará – 2013 a 2025



Fonte: BACEN (2026a). Elaboração de Fernando Michelotti.

essas áreas e seus agentes. Buscando uma compreensão mais completa da dimensão territorial da produção de *commodities*, neste tópico buscar-se-á uma análise dos fluxos envolvidos e sua importância na conformação de novas frentes de produção.

Santos e Silveira (2006), interessados em uma geografia do movimento, partem da constatação de que a globalização amplificou as transformações no território brasileiro iniciadas na década de 1970, levando a novas divisões sociais e territoriais do trabalho com tendências a especializações dos lugares que, por sua vez, conduz a uma segmentação e fragmentação do território e exigências de maior fluidez do espaço com a expansão das redes de transporte e comunicação que permitem não apenas a circulação de trabalho e mercadorias, como de informações e finanças. Os sistemas técnicos, nesse processo, além de aumentarem seu tamanho, deixam de ser concebidos para atender as necessidades do lugar, sendo produzidos como parte de uma complexa rede material e imaterial que impulsiona a "difusão dos capitais fixos e constantes e a circulação veloz dos capitais especulativos" (idem, p. 102). Todo esse processo é direcionado para a criação de monofuncionalidades do uso da terra, negando a possibilidade de um uso plural do território, porém sempre com cooperações e resistências das rugosidades dos lugares (ibidem, p. 119)

Essa nova divisão territorial do trabalho aumenta a necessidade de intercâmbio e a circulação ganha maior impulso nesse contexto, conferindo importância para estudos do território que captem seus movimentos e valorizem uma perspectiva dinâmica. Nessa direção, Santos e Silveira (2006) recorrem aos conceitos de circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação no espaço, formulados anteriormente por Milton Santos, que evidenciam como atuam os fluxos que perpassam o território, através da circulação de bens e produtos, mas também de capitais, informações e comandos que, ao mesmo tempo, evidenciam as hierarquias dos lugares. Entretanto, a importância dos fluxos, inclusive os imateriais, não pode ser compreendida descolada dos fixos, ou seja, da base material que permite a circulação e é por ela afetada. Exemplificando, os autores chamam a atenção para a relação dialética entre a conformação da malha rodo-ferro-aquaviária brasileira em cada momento histórico e os fluxos, potenciais e reais, de pessoas e mercadorias, assim como a relação entre as infraestruturas de comunicação, a expansão e interconexão da rede bancária e das bolsas de valores e a circulação frenética das várias formas de dinheiro, impulsionando a financeirização da sociedade e do território.

Este último exemplo dialoga com a proposição de Chiapello (2025) de fundamentar uma sociologia dos circuitos financeiros que contribua para a compreensão de diversas transformações políticas e econômicas que, no contexto atual, expressam os processos de financeirização de empresas e do próprio Estado, bem como seus circuitos específicos, corporativos ou estatais, de captação de recursos e financiamento, além dos circuitos de crédito e das metamorfoses das instituições bancárias e não bancárias que neles operam, influenciando o conjunto das políticas públicas. Para a autora, estudar esses fluxos financeiros e suas transformações permite compreender tanto seus efeitos distributivos, quando as mudanças nas relações de poder entre os agentes envolvidos, influenciando a capacidade de ação das organizações públicas ou privadas, em função de como obtém liquidez para realizarem suas atividades.

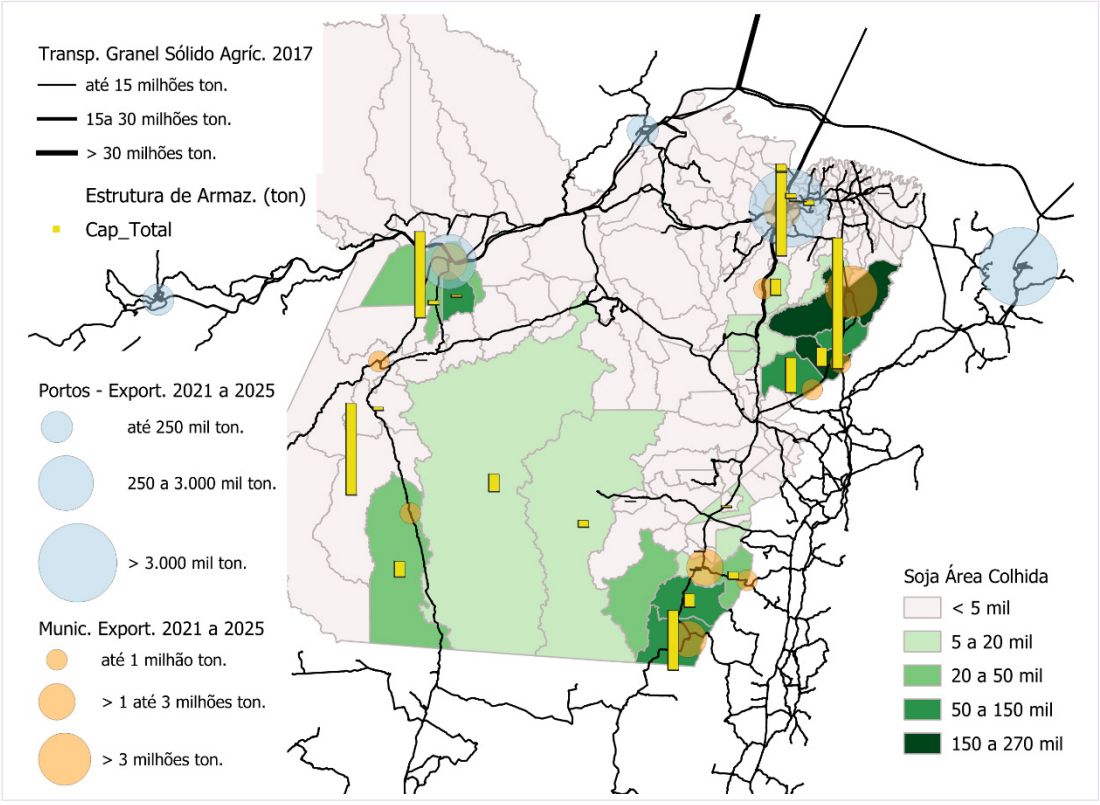
O estudo sociológico dos circuitos financeiros, entretanto, tem especificidades que os diferenciam do estudo de outros circuitos de produção e circulação de mercadorias, dado que o dinheiro não apresenta nem um momento específico de criação ou de consumo final, tampouco uma circunscrição delimitada, já que ele se mantém sempre em circulação por diferentes escalas e alternando suas formas específicas e seus sentidos sociais e culturais. Em função dessas características, Chiapello (2025) propõe analisar os circuitos a partir de sua materialidade, envolvendo de maneira indissociável tanto as múltiplas formas assumidas no processo concreto de circulação em função da origem e utilização, por exemplo salário, rendimento, doação, imposto etc, ou de práticas de gestão ou significado social ou cultural, quanto as infraestruturas que permitem a circulação do dinheiro, o que inclui suas bases materiais e físicas, mas também as estruturas legais, técnicas, de TI, administrativas e contábeis, bem como o trabalho social para construí-la, mantê-la e operá-la, atravessadas por dimensões políticas (relações de poder) e socioeconômicas (desigualdades distributivas ou de acesso). Embora os estudos da infraestrutura e dos arranjos sociotécnicos que viabilizem a circulação do dinheiro tendem a uma análise mais descritiva, a abordagem proposta por Chiapello (2025) se preocupa em compreendê-los como ponto de partida para formas relacionais que evidenciam as relações que os agentes forjam entre si e permitem uma abordagem efetivamente analítica.

As concepções de circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação no espaço, abordadas por Santos e Silveira (2006) a partir da geografia, bem como as especificidades dos circuitos financeiros apresentados em uma perspectiva sociológica por Chiapello (2025) podem contribuir para as reflexões apresentada neste trabalho sobre a expansão da produção de *commodities* na Amazônia. Em primeiro lugar, provocam um olhar sobre as conexões entre as novas áreas e a totalidade do circuito de produção de *commodities*, evitando observar essas áreas como territórios isolados dos processos, dos agentes e das relações que se estruturam em múltiplas escalas espaciais e que lhe atribuem sentido.

Observar esses circuitos permite entender cada novo território da produção de *commodities* a partir de sua própria especificidade, compreendida como a superposição e interação de diversos circuitos de produção entre si e com as rugosidades do lugar (Santos e Silveira, 2006). Refletindo sobre essas especificidades do lugar, é possível uma melhor compreensão não apenas de como operam os vetores de expansão das *commodities*, mas como eles, mais concretamente, se territorializam em cada nova fronteira e atuam para imprimir uma monofuncionalidade no uso da terra que tendem a conformar uma especialização e financeirização desses territórios.

A Figura 3 é ilustra como a territorialização da soja no estado do Pará vai bem além dos municípios onde ocorre a produção. Como mercadoria de exportação, toda uma rede logística de armazenamento, rodovias,

Figura 3: Estrutura e fluxos de produção – circulação da soja no Pará, 2026.



Fonte: IBGE (2026a); ONTL (2026); CONAB (2026); BRASIL (2026). Elaboração de Fernando Michelotti.

hidrovias e portos vai se constituindo, estruturando o estado em seu conjunto como um território especializado em *commodities*. As novas áreas de expansão da produção não podem ser compreendidas isoladas das suas conexões a toda essa estrutura logística que articula a produção e a circulação.

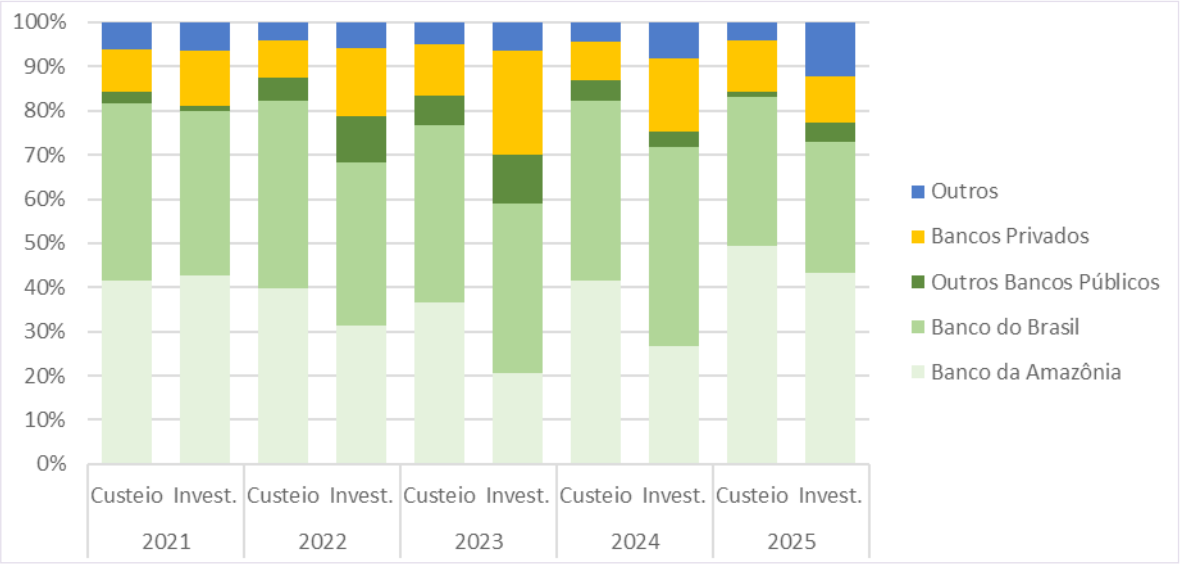
A complexa relação entre a produção e a base infraestrutural que viabiliza sua circulação é determinante para que se produza uma relativa homogeneização das condições de acumulação de capital, integrando as localidades, de forma polarizada e hierarquizada, ao processo de desenvolvimento desigual e combinado capitalista, mas também às suas contradições (Werner e Brandão, 2019). Localmente, sua implantação demanda disponibilidade de terras e de espaços disponíveis o que pode amplificar processos de expropriação e de *land grabbing*, além de potencializar blocos de agentes e frações de capitais com grande poder de decisão estratégica. Nessa mesma direção, Wesz Jr, Cuéllar Benavides, Kato (2024) aprofundam reflexões sobre as relações entre as infraestruturas logísticas, os avanços das fronteiras neoextrativistas e as dinâmicas de expropriação na Amazônia.

Werner e Brandão (2019) indicam que, dada sua escala e indivisibilidade técnica, elevada imobilização de capital e longo tempo de maturação dos investimentos, a infraestrutura tende a impor esquemas de financiamento específicos com ampla participação do Estado, seja investindo diretamente, seja criando as condições para os investimentos privados cada vez mais financeirizados. Analisando os nexos entre neoextrativismo, neoliberalização, finanças e infraestrutura, Yassu e Klink (2024) indicam que as necessidades crescentes de conectividade resultantes da globalização produtiva e financeira vêm impulsionando transformações profundas na logística, tanto em termos de mudanças nos meios de transporte e na gestão por meio de tecnologias de informação e comunicação, quanto em termos de grandes projetos de infraestrutura sob gestão corporativa. Com isso, a infraestrutura logística não só expande geograficamente as relações sociais e de poder capitalistas, sustentando a produção e circulação, como ela própria passa a ser concebida como ativo financeiro.

Essas sínteses das reflexões apresentadas por Wesz Jr, Cuéllar Benavides, Kato (2024), Yassu e Klink (2024) e Werner e Brandão (2019), complementam as reflexões sobre financeirização da terra e da agricultura apresentada na parte inicial deste artigo, indicando como a estruturação da produção-circulação de *commodities* vem impulsionando a financeirização do território em uma escala mais geral.

Na escala especificamente local, além dos impactos desses vetores mais gerais no impulso às tendências de financeirização da terra e dos grandes projetos de infraestrutura, esse processo ganha força pela expansão dos circuitos de crédito onde o Estado também possui participação significativa. Dados do crédito rural concedido no estado do Pará, no período entre 2021 e 2025, indicam uma significativa atuação dos bancos públicos, responsável por 70% ou mais da soma dos custeios e investimentos em atividades agrícolas e pecuárias, com destaque para o Banco da Amazônia e o Banco do Brasil (cf. Gráfico 5). Há que se chamar atenção, no entanto, para o crescimento de novos instrumentos que impulsionam a financeirização da agricultura, como por exemplo as LCAs que chegaram a 20,9% do crédito concedido no estado do Pará em 2025 e a 25,3% quando o produto financiado foi a soja. Além da LCA, devem ser lembradas outras fontes e agentes financeiros que não são registrados na Matriz do Crédito Rural do Banco Central (Bacen), como por exemplo os Fiagros, e que merecem estudos específicos mais detalhados.

Gráfico 5: Crédito rural concedido no estado do Pará, por segmento de instituição financeira – 2021 (em %).

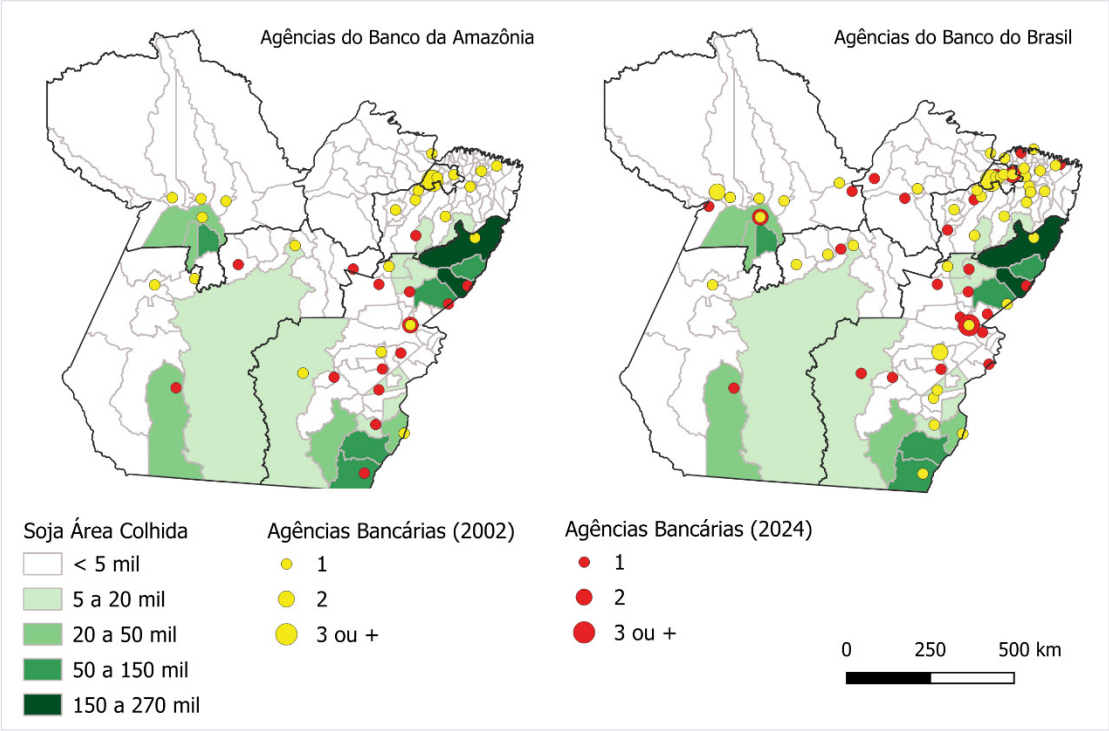


Fonte: BACEN (2026a). Elaboração dos autores.

Considerando a relevância do Banco da Amazônia e do Banco do Brasil na concessão do crédito rural no estado do Pará, é importante observar a expansão de suas redes de agência nas áreas de expansão da produção de *commodities*. Conforme ilustrado na Figura 4, no período entre 2002 e 2024 houve um crescimento significativo de agências desses bancos na mesorregião sudeste paraense, contribuindo para a expansão da infraestrutura financeira naquela região marcada pela expansão da produção de *commodities* como a pecuária, mas também da soja.

A expansão dos circuitos financeiros no sudeste paraense, expresso pelo crescimento da rede bancária, reflete-se também na distribuição do crédito rural nos distintos complexos territoriais da soja no estado. Considerando-se o período 2021 a 2025, a concessão de crédito agrícola nos complexos territoriais da soja de Santana do Araguaia e Paragominas oscilou em torno de 80% do custeio e de 60% dos investimentos do total paraense, indicando forte correlação entre essas variáveis e a expansão da produção de grãos nesses complexos territoriais (ver Gráfico 6). Enquanto o crédito de custeio foi predominantemente voltado à soja e ao milho, conforme visto no Gráfico 4 anteriormente, no investimento agrícola para o conjunto do estado do Pará, predominaram as concessões direcionadas à mecanização (aquisição de máquinas, implementos, tratores e caminhões), manejo do solo (correção, adubação e proteção), pastagens, implantação de cultivos perenes (açaí, dendê e cacau) e implantação de infraestrutura (armazéns, depósitos, silos e galpões), que alcançam quase 90% do total do crédito nessa modalidade.

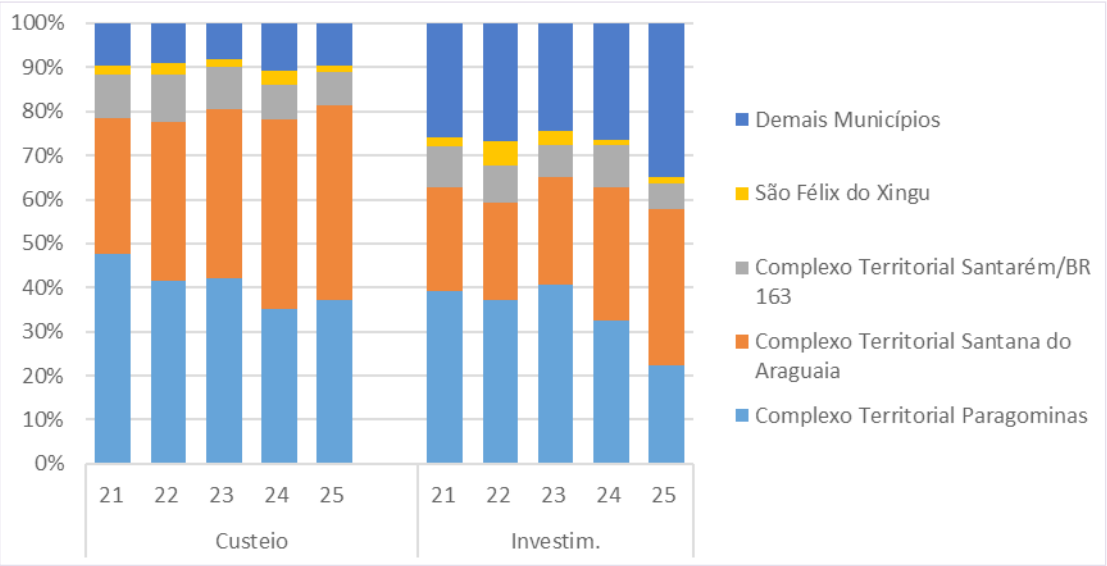
Figura 4: Agências do Banco da Amazônia e Banco do Brasil nos Municípios do Pará, 2002 e 2024.



Fonte: IBGE (2026a); BACEN (2026b). Elaboração de Fernando Michelotti.

O conjunto de dados apresentados acima busca embasar uma compreensão da expansão da produção de soja na região norte brasileira, em especial no estado do Pará, como parte de um processo mais amplo de "neoextrativismo" associado à reprimarização das exportações brasileiras, a um pacto de economia política em torno das *commodities* e à financeirização da agricultura que impactam a questão agrária nacional e os territórios específicos onde ocorrem. Essa expansão não se restringe à produção agropecuária em si, mas a uma totalidade que envolve a estruturação de amplos circuitos espaciais que garantem a circulação das mercadorias, das pessoas, das informações e das finanças, homogeneizando as condições de acumulação, integrando os territórios e aprofundando hierarquias espaciais, bem como tendências de especializações produtivas que limitam outros usos e outros sujeitos. Múltiplos agentes envolvem-se na estruturação desses circuitos, com papel de destaque ao Estado que atua consolidando interesses hegemônicos, ajustando os arcabouços institucionais e aportando recursos, seja através do investimento direto, seja através da concessão de crédito aos agentes privados, ou ainda por meio da mitigação dos riscos (inclusive jurídicos) que poderiam afastar tais investimentos, como bem lembrou Gabor (2021).

Gráfico 6: Crédito Agrícola Concedido no Pará – 2021-2025, por complexos territoriais da soja (em %).



Fonte: BACEN (2026a). Elaboração de Fernando Michelotti.

Os dados procuram enfatizar, ainda, que para além da dimensão tecnológica que atua para o aumento da produtividade do trabalho e da terra, informação muito presente no discurso dos representantes do chamado agronegócio, esses circuitos de produção e circulação são territorialmente expansivos, associando-se a um movi-mento mais geral de *land grabbing* que se beneficia e impulsiona a concentração de terras e de recursos no Brasil. No item seguinte, serão analisadas alguns desses processos territorialmente localizados, tomando como referência a recente expansão da soja para o município de São Félix do Xingu (SFX), localizado na porção mais a oeste do sudeste paraense.

Expansão das *commodities* em São Felix do Xingu: agentes, estratégias e especialização produtiva

São Félix do Xingu é um exemplo da contínua expansão das fronteiras agropecuárias na Amazônia, interligado por rodovia com o restante da região sudeste paraense na década de 1980 e vivenciando, desde então, um expressivo processo de crescimento demográfico, de incorporação de terras, de desflorestamento para implantação de pastagens e de conflitos agrários e socioambientais (Schmink e Wood, 2012; Castro, Monteiro e Castro, 2004; Cardoso, 2023, Andrade Júnior, 2024). Comparando-se os dados dos Censos Agropecuários de 1995-96 e 2017 verifica-se um aumento de cerca de 1,7 milhões de hectares recenseados no município. Processo este que aprofundou a desigualdade fundiária uma vez que os grandes estabelecimentos com mil hectares ou mais, que detinham 49,6% das terras em 1995, passaram a concentrar 65,0% do total em 2017.

Nesse mesmo período, as pastagens em SFX passaram de 170 mil hectares, o que correspondia a 22,9% da área dos estabelecimentos em 1995, para 1,4 milhões de hectares, correspondendo a 58,3% da área dos estabelecimentos em 2017. De forma correspondente, o rebanho bovino cresceu no município, neste mesmo período, de 148 mil cabeças para 1,4 milhões de cabeças e, assim como a terra, concentrou-se nos grandes estabelecimentos maiores que mil hectares que saltaram de 41,1% do rebanho em 1995 para 53,1% em 2017. Nesse período, a pecuária se tornou a principal atividade econômica do município e o maior vetor de desmatamentos e de incorporação de novas áreas.

É nesse cenário de uma pecuária já fortemente estabelecida, inclusive com agroindústrias frigoríficas implantadas no município, que a soja começou a ser introduzida no ano de 2018. Inicialmente com uma área colhida de 500 hectares e produtividade de 2,4 ton/ha nesse ano, a soja vem se expandindo e alcançando, segundo dados do IBGE-PAM, uma área colhida de 15 mil hectares e produtividade de 4 ton/ha em 2024. Parte dessa produção vem ocorrendo no extremo sul do município, em uma área separada da sede municipal por terras indígenas e que apresenta uma relação mais intensa com o complexo de Santana do Araguaia, além de áreas mais próximas da sede municipal, concentrando-se principalmente na região da estrada da Taboca/ Campo Verde, na margem oposta do rio Fresco e na Area de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, na margem oposta do rio Xingu.

Uma sistematização das Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) do estado do Pará, referentes ao ano de 2021, indica que do valor total registrado como produto “soja, mesmo triturada, exceto para semeadura” em NF-e emitidas em SFX para fora do município, 74,7% tiveram como destino o município de Paragominas, enquanto 23,0% foram direcionadas para o município de Santana

do Araguaia. Totalizando 97,7% do valor total comercializado, pode-se dizer que a produção de soja em São Félix do Xingu vem se configurando como uma expansão dos complexos de produção do próprio sudeste paraense, principalmente de Paragominas, mas também de Santana do Araguaia.

Interessante observar que a perspectiva de conexão do município com o complexo territorial da soja da BR-163/Santarém que era levantada como projeto de modernização agropecuária no auge da abertura das fronteiras do Xingu/Iriri/Terra do Meio, captados em entrevistas no início da década de 2000 por Castro, Monteiro e Castro (2004), não se confirmou. Em parte, em função dos bloqueios a esse movimento de fronteira com a criação das unidades de conservação da Terra do Meio associados à diversas políticas de combate ao desmatamento, porém, também pela própria conexão com os complexos territoriais do sudeste paraense que acabaram por se configurar como mais expansivos do que o de Santarém.

Buscando compreender as transformações locais decorrentes da expansão dos circuitos das *commodities*, Heredia, Palmeira e Leite (2010) e Leite (2015) enfatizam que as análises não devem se restringir ao caráter quantitativo, negligenciando as modificações mais amplas nas sociedades das áreas onde ocorre essa expansão. Desde essa perspectiva, esses autores reforçam a importância de se analisar as "sociedades do agronegócio" que vão se formando nessas regiões, que extrapolam as unidades agrícolas ou empresas agroindustriais diretamente envolvidas e alcançam múltiplas dimensões sociais, culturais e políticas. Incluem-se, nessas dimensões, as relações da sociedade local com as intervenções do Estado, em especial, suas políticas relativas ao reordenamento territorial, ao mercado de trabalho, aos marcos regulatórios ambientais, às políticas de infraestrutura, além do próprio crédito e financiamento.

Especial atenção é dada pelos autores aos processos de deslocamento populacional, considerando que a presença dos "de fora" é um impulso importante da expansão do agronegócio. Considerando a intensidade e a velocidade da expansão da produção de *commodities* e das transformações regionais dela decorrentes, há uma complexidade de agentes que produzem as reconfigurações locais. Por isso, os conflitos são uma marca importante desse processo, como já afirmava o debate sobre o neoextrativismo (Svampa, 2019), porém pensados em sua complexidade, já que abarcam distintos sujeitos, interesses e estratégias, muitas vezes divergentes e de difícil equacionamento (Heredia, Palmeira e Leite, 2010).

Em escala local, compreender a expansão do cultivo de soja para além dos grandes vetores que a impulsionam tem como elemento central a identificação dos agentes sociais e suas estratégias. A partir de trabalho de campo e análise de dados públicos, obtidos através do CAR e do registro dos cultivos de soja na Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará), e considerando apenas as áreas de produção mais próximas à sede do município, foram identificados três tipos de agentes ligados ao cultivo de soja: empresas, fazendeiros de fora, fazendeiros locais. A seguir, uma breve caracterização de cada agente.

- **Empresas**: na verdade, trata-se de uma única empresa, cuja matriz se localiza em Paragominas e se dedica ao cultivo de soja e à sua comercialização e armazenamento, por meio de fazendas e unidades de armazenamento em diversos municípios da região. Em SFX atua apenas no cultivo, tendo adquirido fazendas na região em função da qualidade do solo e do regime de chuva local, o que permite iniciar o plantio mais de dois meses antes do que Paragominas. É a maior produtora individual, com aproximadamente 34% da área plantada no município na safra 2024/2025, segundo registro na Adepará. A fazenda possui amplo maquinário, incluindo avião agrícola, e estrutura própria de silos e, além da soja, está desenvolvendo cultivo de milho "safrinha" e integração lavoura-pecuária.

- **Produtores de Fora**: trata-se de um único grupo familiar, conhecido como os "gaúchos" pela sua origem sulista, porém com passagem anterior pelo Centro-Oeste. Ao contrário da empresa, adquiriram apenas uma pequena fração de terra onde instalaram silos de armazenamento, realizando a sua produção em terras arrendadas de fazendeiros locais. Os arredamentos são de cerca de 10 anos, cotados em soja, por isso têm se dedicado também ao cultivo do milho "safrinha", onde obtém importantes ganhos complementares. Possuem maquinário básico, além de alugarem outras máquinas no estado e no Rio Grande do Sul. Estão associados a uma nova loja agropecuária no município que articula a compra de insumos. Não são os principais produtores, em termos quantitativos, comandando apenas 14,5% da área cultivada na safra 2024/2025, porém possuem importância no processo pela sua experiência com a cultura e forte interação com os fazendeiros locais.

- **Fazendeiros Locais**: são fazendeiros que chegaram na região a partir das décadas de 1990 e 2000, associados direta ou indiretamente com a extração de madeira e o desflorestamento para abertura de pastagens e formação de fazendas dedicadas à pecuária. Vêm experimentando o cultivo de soja como uma atividade complementar à pecuária, em alguns casos a partir de interesses da segunda geração, mais jovem e conectada ao Centro-Oeste.

Todos são proprietários das terras, porém há casos de arrendamento dentro do grupo familiar, em que um membro da família assume a produção de grãos e arrenda as áreas dos parentes e vizinhos. Em termos de área plantada, se diferenciam em três subgrupos: aqueles cuja área de plantio varia entre 100 e 300 hectares, aqueles com área de cultivo entre 500 e mil hectares e outros com área superior a mil hectares. Em termos do peso relativo da área cultivada no município, respectivamente, esses subgrupos foram responsáveis por 7,3%, 38,7% e 27,6% da área cultivada na safra 2024/2025. Esses números indicam que, apesar da importância dos vetores exógenos, os fazendeiros locais têm sido os principais produtores em área, com 51,1% do total na última safra.

Em todas essas categorias de produtores de soja, chama a atenção a importância da integração entre o cultivo de soja e o cultivo de milho 'safrinha'[4]. Essa informação é compatível com o crédito rural concedido para atividade agrícola em SFX no período entre 2021 e 2025[5], cuja composição dos valores financiados foi de 38,3% para pastagens, 34,6% para soja, 25,3% para milho, 1,1% para cacau, 0,5% para estruturas de armazenamento (armazéns, depósitos, silos, galpão etc) e 0,2% para máquinas e implementos. Mesmo considerando a importância das pastagens para a agropecuária local, o que justifica o seu maior valor isolado, chama a atenção a participação relativa dos financiamentos para soja e milho, muito superiores ao cultivo de cacau, por exemplo, considerada como a principal cultura voltada para a sustentabilidade ambiental do município.

Em termos de valores, o financiamento da soja e do milho somados correspondem a 60,0% do total no período analisado. Esses dados informam não apenas sobre a importância que o cultivo de grãos vem adquirindo no município, mas também sobre a importância relativa que o milho vem alcançando em cultivo direta ou indiretamente associado à soja, porém com algumas características distintas.

A partir da sistematização das NF-e do ano 2021, enquanto a soja originada em SFX teve majoritariamente como destinatário empresas classificadas como "comércio atacadista de soja ou matérias primas agrícolas" (96,2% do valor) nos dois principais complexos produtores e exportadores de soja do estado – Paragominas e Santana do Araguaia, o milho foi destinado prioritariamente para empresas classificadas como "criação de bovinos para corte" localizados em outros municípios da região, incluindo São Félix do Xingu com 8,8% do valor. Essa diferença sugere que, enquanto a soja se integra mais diretamente aos circuitos de exportação de *commodities*, a produção de milho tende a uma maior integração com a produção pecuária regional.

Os vários elementos analisados parecem sugerir que a expansão da soja para SFX não indica, pelo menos nessa fase inicial, um conflito com a conformação anteriormente instituída de uma sociedade do agronegócio local fortemente ancorada na concentração fundiária e na produção pecuária extensiva. As várias sinergias entre a produção de soja, de milho e da pecuária, desde os mecanismos de apropriação e concentração da terra e das fontes de financiamento, os sistemas técnicos integrados de produção e de infraestrutura logística, mas também os próprios agentes locais envolvidos no cultivo, sugerem não uma ruptura, mas uma possibilidade de rearranjo da sociedade do agronegócio local, ampliando, através do controle da terra, seu papel de mediação local na especialização e financeirização do território em sua integração aos circuitos globais de *commodities*.

Conclusões

Ao longo desse artigo procuramos mostrar que o processo de expansão da produção de *commodities*, em particular a soja, vem produzindo novas dinâmicas territoriais e reorganização do espaço que não são mais capturadas pelas chaves anteriores de leitura da chamada "modernização agrícola", fundamentada especialmente na mudança da base técnica dos estabelecimentos agropecuários, tendo como base os recursos financeiros disponibilizados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, em particular nos anos 1970 e 1980. Além de ocupar novos biomas e regiões do meio rural brasileiro, como a região amazônica por exemplo, as estratégias de produção desses bens exportáveis praticados como monoculturas, engendram novas dimensões que o "pacto do agronegócio", para ficarmos nos termos propostos por Delgado (2012), passaram a desenhar no contexto histórico recente, sobretudo a partir dos anos 2000 com o "boom das commodities" (Flexor e Leite, 2017).

Nesse sentido, ganham relevo movimentos como aqueles da estrangeirização das terras e da financeirização da agricultura, facilitados por novos instrumentos (inclusive jurídico-legais) de políticas públicas, que integram fluxos específicos de ações que assumirão particularidades importantes em cada um dos territórios afetados. Associados aos fluxos de atores que passam a integrar esse novo cenário (por exemplo, produtores "gaúchos" que compram terras no Centro-Oeste ou na região Norte, ou ainda, mão-de-obra empregada nessas áreas composta por trabalhadores temporários oriundos de regiões vizinhas) e ao fluxo de investimentos (nacionais ou internacionais) derivados dos mais diferenciados fundos (de pensão, de investimento, soberanos, de doação etc.) que endereçam recursos para essas regiões de "fronteira agrícola", teremos portanto um complexo

quadro de questões que "aterrizam" nessas áreas e produzem nova ordem de questões (e oposições) sociais, revelando uma série de disputas, atores, territórios e projetos anteriormente não mobilizados (ou mobilizados com menor intensidade).

Esse parece ser o quadro informado pela dinâmica de expansão da produção de soja, por exemplo, na região amazônica, em especial no estado do Pará e de forma ainda mais específica nessa região onde está localizado o município de São Felix do Xingu. Procuramos mostrar como essas novas dinâmicas, seus fluxos e esquemas de circulação, se desenvolvem, com atores locais e/ou vindos de fora, e passar a ressignificar a paisagem agrária abrindo nova frente de questões (ambientais, econômicas, sociais, políticas, etc.). Ressaltamos que esse movimento se faz num contexto histórico e regionalmente específico, como no caso analisado, mas que, cada vez mais, ganha amplitude nacional e internacional, tendo em vista as conexões previamente estabelecidas, especialmente diante dos interesses financeiros dos fundos de investimento, mas também das ações derivadas de estratégias empresariais de (agro) indústrias, naquilo que poderíamos chamar de um fluxo de capital industrial, complementar aos anteriores.

O desfecho desse percurso ainda não está fechado, visto que ele provoca reações, especialmente de segmentos atingidos diretamente pelos movimentos acima, bem como novas contradições (inclusive entre os próprios segmentos industriais, agrários e financeiros presentes) e condicionalidades internacionais cada vez mais atuantes, especialmente no plano ambiental. No entanto, o que nos interessa nesse exercício, é mostrar que precisamos aprimorar novas ferramentas de análise para uma compreensão mais abrangente e complexa desse processo, buscando definir seus alcances, limites e contradições, questionando o sentido dessa transformação e os impactos daí derivados.

Notas

[1]Acrônimo para região que compreende áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

[2]Como exemplo de novos títulos criados em 2004 tem-se: CDCA – Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio; LCA – Letra de Crédito do Agronegócio; CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio; CDA – Certificado de Depósito Agropecuário; WA – Warrant Agropecuário.

[3]Com base em Coraggio (1991), os complexos territoriais de produção são entendidos como um recorte espacialmente adensado de atividades que apresentam tanto articulação físico-técnica, quanto organicidade social entre si, expressas através de relações de trabalho, de produção, de acumulação e/ou de reprodução social. Sua análise busca evidenciar, de forma integrada, as bases físico-técnicas da produção e as relações com a natureza, a organicidade produção-circulação e a determinação dos agentes envolvidos, permitindo uma mediação entre o social e o espacial. Para a aplicação dessa perspectiva teórico-metodológica na delimitação de complexos territoriais neoextrativistas na Amazônia, ver Michelotti (2023).

[4]Esse consórcio entre soja e milho é muito comum entre produtores do Mato Grosso, também de origem gaúcha e que informam, de certo modo, a forma de produzir nas áreas posteriormente ocupadas nos estados de Rondônia, Roraima, Amapá e Pará, com famílias oriundas dessas áreas do Centro-Oeste ou diretamente do Sul do país (Heredia, Palmeira, Leite, 2010). Com o aumento exponencial do número de biodestilarias no Centro-Oeste e o impacto na cotação do milho, vários produtores estão considerando a substituição da safra de soja pela de milho ou tornar a soja objeto da "safrinha".

[5]Cálculo realizado a partir de valores deflacionados para dez. 2025. Parte dos dados disponibilizados pelo BACEN como crédito concedido por produto não indica o município financiado. Portanto, esses dados devem ser considerados apenas como indicativos, sendo possível que tenham ocorridos outras operações em SFX no período tratado que se encontrem no grupo dos créditos sem especificação de município.

Referências

ANDRADE JÚNIOR, J. R. P. Combate ao desmatamento na Amazônia: o caso de São Félix do Xingu-PA (1989-2023). *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 14, n. 2, 2024, p. 411-433.

BACEN – Banco Central do Brasil. *Matriz de Dados do Crédito Rural*/Crédito Concedido. Brasília, 2026a. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural

BACEN – Banco Central do Brasil. *Relação de Agências e Postos de Atendimento das Instituições Financeiras e Filiais das Administradoras de Consórcio*: nov/2024. Brasília, 2026b. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2Ffis%2Finfo%2Fagencias.asp

BORRAS JR., S. M.; KAY, C.; GÓMEZ, S.; WILKINSON, J. *Land grabbing* and global capitalist accumulation: key features in Latin America. *Canadian Journal of Development Studies*, 33:4, p. 402-416, 2012. DOI: https://doi.org/10.1080/02255189.2012.745394

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. *Resultados do Comércio Exterior Brasileiro – Dados Consolidados*: jun.2026. Brasília, 2026. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html

CARDOSO, N. *O paraíso do gado: a dinâmica do município de São Félix do Xingu na atualidade*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia -UERJ, 2023.

CASTRO, E. R.; MONTEIRO, R.; CASTRO, C. P. Atores Sociais na Fronteira mais Avançada do Pará: São Félix do Xingu e a Terra do Meio. *Papers do NAEA,* nº 180, 2004.

CHIAPELLO, E. Introduction à la Sociologie des Circuits Financiers. In: CHIAPELLO, E.; VIOLLE, A. (dir.) *Sociologie des Circuits Financiers:* les infrastrutucters de l'argent et leurs politiques. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2025.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. *Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras*. Brasília, 2026.

CORAGGIO, J. L. Los Complexos Territoriales dentro del Contexto de los Subsistemas de Produccion y Circulacion. *Revista Geográfica de América Central,* n. 23-24, p. 43-83, 1991.

DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio:* mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2012.

FLEXOR, G.; LEITE, S. P. Land Market and Lan Grabbing in Brazil during the Commodity Boom of the 2000s. *Contexto Internacional,* 39(02), may/ago 2017.

GABOR, D. The Wall Street Consensus. *Development and Change,* p.1-31, 2021.

GOMES, C. M. P. *Um "novo mercado global de terras no Brasil": land grabbing* e "última fronteira agrícola" – MATOPIBA. Tese de Doutorado. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2020.

GUEDES PINTO, L. F. et al. Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil? – o mapa da desigualdade. *Sustentabilidade em Debate,* n. 10, 2020.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do 'agronegócio' no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* 25 (74), p. 159 – 196, 2010.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário: 2017*. Rio de Janeiro, 2026b.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção Agrícola Municipal – PAM*: 2024. Rio de Janeiro, 2026a.

KATO, K. Y. M.; VICENTE, J. S.; LEITE, S. P. Estrangeirização de terras no Brasil contemporâneo: reflexões teórico-metodológicas e desdobramentos nos territórios. *Campo-Território: revista de Geografia Agrária*, v. 19, n. 57, p. 13-43, 2024.

KATO, K.; LEITE, S.P. *Land grabbing*, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. *Revista da ANPEGE*, v. 16, n.29, p. 452-483, 2020. DOI: https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i29.12506

LEITE, S. P. Estado e Financeirização da Agricultura Brasileira: transformações em curso e implicações sociais, políticas e econômicas. In: LAVINAS, L. et al. (orgs.). *Financeirização: crise, estagnação e desigualdade*. Sào Paulo: Contracorrente, 2024.

LEITE, S. P. Dinâmicas de terras, expansão do agronegócio e financeirização da agricultura: por uma sociologia das transformações agrárias. *Revista Latinoamericana de Estudios Rurales,* 4 (7), 2019.

LEITE, S. P. Politiques Publiques et Agribusiness: une analyse de la politique de financement agricole actuelle du Brésil. *Géographie, Économie, Société,* 17, p. 433-458, 2015.

MICHELOTTI, F. Complexo de produção e reprodução agromineral do sudeste paraense: produção capitalista do espaço, luta pela terra e disputas territoriais. SILVA, M. A. P. et. al. (orgs.) *Por Outras Regiões, para Outras Amazônias:* cidades, geopolítica da mineração e lutas por território. São Paulo: FFLCH/USP, PROLAM/USP, UNIFESSPA, PPGEO/UFPA, LERASSP, 2023.

MICHELOTTI, F.; SIQUEIRA, H. Financeirização das *commodities* agrícolas e economia do agronegócio no Brasil: notas sobre suas implicações para o aumento dos conflitos pela terra. *Semestre Económico*, v. 22, p. 87-106, 2019.

ONTL. Observatório Nacional de Transporte e Logística/ INFRA S.A. *Planejamento Integrado de Transportes – Plano Nacional de Logística 2025* – Shapefiles. Brasília, 2026.

PAULANI, L. *Brasil Delivery:* servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, A. B. *et al*. *Financeirização da agricultura e da terra no Brasil:* dinâmicas em curso e disputas em jogo. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heirich Böll, 2022.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAUER, S.; BORRAS Jr., S. *Land grabbing* e Green Grabbing: uma leitura da corrida na produção acadêmica sobre a apropriação global de terras. *Campo-Território: revista de geografia agrária,* Edição especial, p. 6-42, 2016. DOI: https://doi.org/10.14393/RCT112301

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia.* Belém: EDUFPA, 2012.

SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina:* conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

VAN DER ZWAN, N. Making sense of financialization. *Socio-economic Review*, v. 12, 2014, p.99-129.

WERNER, D.; BRANDÃO, C. Infraestrutura e produção social do espaço: anotações sobre suas principais mediações teóricas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional – G&DR*, v. 15, n. 5, p. 287-301, 2019.

WESZ JUNIOR, V. J.; CUÉLLAR BENAVIDES, J.; KATO, K. Y. M. Agronegócio, infraestrutura logística e dinâmicas fundiárias na Amazônia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v.32, n.2, e2432205, 2024. DOI: https://doi.org/10.36920/esa32-2_st01

YASSU, A. M. S.; KLINK, J. J. Finanças, infraestrutura e o espaço nacional: da integração produtiva à desintegração neoextrativista da nação. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v. 26, E202405pt, 2024. https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202405pt